

# INICIANDO UM DIÁLOGO COM O PENSAMENTO ARENDTIANO: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO POLÍTICA NO ESPAÇO PÚBLICO

*Bruno de Freitas<sup>1</sup>; Conceição de Maria G. B. Cuba<sup>2</sup>; Luciléia Pereira<sup>3</sup>*

---

## Resumo

O pensamento e a teoria política de Hannah Arendt vêm emergindo como importante referencial teórico em estudos acadêmicos e têm se mostrando importantes para pensar a ação política dos sujeitos nos diversos espaços públicos da sociedade contemporânea. Nessa linha de pensamento, o presente artigo representa um esforço no sentido de introduzir uma reflexão crítica acerca da importância de algumas categorias, que fundamentam a sua obra: espaço público, ação, política, poder e liberdade, de modo a compreender a relevância da noção de espaço público, segundo as idéias da autora.

**Palavras-Chave:** Hannah Arendt; espaço público; ação; política; poder; liberdade.

## Abstract

The thought and the political theory of Hannah Arendt are emerging as important theoretical referencial in academic studies and they have been showing if important to think the political action of the subjects in the

---

<sup>1</sup> Assistente social e mestrando do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>2</sup> Assistente social e mestre pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>3</sup> Psicóloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Todos os autores integram o Grupo de Estudos "Diálogos com Hannah Arendt: Espaço Público e Político", coordenado pela Professora Ilda Lopes Rodrigues da Silva do Departamento de Serviço Social/PUC-Rio.

several public spaces of the contemporary society. In that thought line, the present article represents an effort in the sense of introducing a critical reflection concerning the importance of some categories, that base your work: space public, action, politics, power and freedom, in way to understand the relevance of the notion of public space, according to the author's ideas.

**Keywords:** Hannah Arendt; public space; action; politic; power; liberty.

### Introdução

A idéia do presente artigo surgiu a partir do estudo do pensamento político-filosófico de Hannah Arendt, desenvolvido na disciplina "Atividades Programadas", do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio<sup>4</sup>. Nessa experiência, tivemos a oportunidade de discutir as principais categorias da referida autora e percebemos a sua relevância teórica para a compreensão da noção de espaço público: locus privilegiado do diálogo plural e democrático, que envolve o duplo aspecto da igualdade e da diferença (Arendt, 2002).

Assim, pretendemos mostrar que as categorias espaço público, ação, política, poder e liberdade, segundo a compreensão de Hannah Arendt, podem representar uma valiosa contribuição para refletir a noção de espaço público, segundo as idéias da autora.

O estudo da teoria política de Hannah Arendt tem sido bastante profícuo para pesquisas, voltadas à análise da realidade social de segmentos diversos da população, dada a expressiva relevância do seu pensamento político e da sua constante preocupação com a vida ativa (Laffer, 2003). Em face disso, a sua obra tem constituído uma oportuna referência para a problematização de temas como cidadania, ação política nos espaços públicos, participação social, entre outras categorias que envolvem a ação na esfera pública. Nesta perspectiva, suas reflexões vêm subsidiando dissertações de mestrado e teses de doutorado da PUC-Rio<sup>5</sup>, relacionadas a essas temáticas.

---

<sup>4</sup> A Disciplina é ministrada pela professora Ilda Lopes Rodrigues da Silva do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

<sup>5</sup> Apenas a PUC-Rio foi citada, pelo acesso imediato dos autores.

O artigo está organizado em três tópicos: no primeiro, buscaremos introduzir uma breve biografia da autora, filósofa da ação e da política, cuja obra mostra uma integração entre o discurso e a ação. No segundo, apresentaremos as categorias – objeto desta discussão – que constituem a noção de espaço público. Finalizaremos com algumas considerações sobre a relação entre a noção de espaço público e o processo da ação política nele exercitada.

### **Hannah Arendt: vida e pensamento**

Hannah Arendt (1906 – 1975) é pensadora do fim da tradição e da crise do Ocidente e está comprometida com a ruptura com essa tradição. Fundamenta a sua análise em um momento histórico, que é o regime totalitário na Alemanha nazista, cujas conseqüências sem precedentes marcaram fortemente a vida humana, inclusive a da autora, como o do “despertar político” *como judia*<sup>6</sup>, levaram-na a se tornar uma apátrida, deixando o seu país após oito dias na prisão. Talvez possamos dizer que ela vivenciou essa forma de exclusão, principalmente por sua origem judia, inclusive quando passou a se ocupar da questão judaica. Sobre essa questão, Young-Bruehl (1997:125), uma das biógrafas da autora, diz:

“Por dezoito anos Hannah Arendt foi uma ‘apátrida’, mas esse período em que ela não tinha quaisquer direitos políticos – entre sua fuga da Alemanha nazista em 1933 e o recebimento de sua cidadania norte-americana em 1951 – foi seu período mais ativo politicamente”.

Sem dúvida, Hannah Arendt fala, pensa e escreve do lugar de apátrida, excluída e sem *status civitatis*<sup>7</sup>. Neste sentido, a sua condição aproxima-se daqueles sujeitos, que sendo destituídos de um lugar neste mundo, não possuem legitimidade para a ação e para o discurso no mundo público e comum a todos os cidadãos.

---

<sup>6</sup> Young-Bruehl (1997:106). Grifos do original.

<sup>7</sup> *Status civitatis* é o reconhecimento da nacionalidade do indivíduo, o que lhe confere um vínculo de direitos e deveres com a ordem interna e internacional. Destituído do *status civitatis*, os sujeitos perdem o poder de ação e não podem participar dos debates na esfera pública, por isso são destituídos do discurso e da ação públicos (Lafer, 1979).

Através da sua reflexão política, a autora mostra que as transformações sociais da era moderna trouxeram rebatimentos marcantes para todas as formas de relações, refletindo diretamente na autoridade e no poder políticos. Exemplo disto é que a ação política passou a ser exercitada apenas por um pequeno grupo que, por consentimento, é eleito para administrar uma nação. Desse modo, todos foram afetados, independente de classe, cor, raça, religião, gênero, idade e outras posições. Isto porque a experiência totalitária mostrou – ao conjugar tirania, isolamento, desenraizamento e destruição das capacidades políticas, que “os homens são supérfluos e descartáveis” (Arendt, 2002:15). Tais conseqüências resultaram no obscurecimento do espaço público e do aparecimento, em outras palavras, do declínio do espaço da autenticidade da ação política. Com o isolamento, as capacidades políticas são fragilizadas, pois ele expressa o enfraquecimento do espaço público, sem o qual não é possível agir em concerto na realização de interesses comuns.

Além disso, essas transformações da era moderna estimularam o isolamento, ao priorizar o individualismo e a organização burocrática das massas, tornando o consumo e o individualismo, as referências de relacionamentos sociais. Diante da fragilidade da esfera pública do mundo comum<sup>8</sup> e do impasse do isolamento, que impossibilita a capacidade de agir em conjunto, os sujeitos perdem o acesso à esfera pública – espaço da ação e do discurso, onde a pluralidade de sujeitos encontra-se para compartilhar o mundo. Sobre esta questão, sustenta Hannah Arendt:

“(...) sempre que o mundo artificial não se torna palco para ação e discurso – como ocorre com comunidades governadas despoticamente que os banem para a estreiteza dos lares, impedindo assim o ascenso de uma esfera pública – a liberdade não possui realidade concreta. Sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer” (Arendt, 2005:195).

Hannah Arendt apresenta um vigor e uma coragem na sua teoria política. Seu pensamento situa-se no âmbito da ética, trazendo para a política a necessidade de pensar no plural, quer dizer, o esforço de pen-

---

<sup>8</sup> O mundo comum, para a autora, é construído pela ação e pelo discurso, na pluralidade da esfera pública (Arendt, 2002).

sar no lugar e na posição dos outros. A autora expressa uma esperança e um certo otimismo em relação ao mundo e com a recuperação da dignidade humana, através da natalidade – categoria central no seu pensamento político – que significa a possibilidade de sempre começar algo novo e dar sentido ao mundo.

Entretanto, a ação política, segundo as reflexões arendtianas, requer coragem que “libera os homens de sua preocupação com a vida para a liberdade do mundo” e se torna “indispensável porque, em política, não há vida, mas sim o mundo está em jogo” (Arendt, 2005:203). Trata-se do mundo das aparências, onde nunca estamos sozinhos e no qual ser e aparência coincidem. É nesse mundo que a ação política, segundo a teoria política de Hannah Arendt, se realiza (Lafer, 1977). A preocupação com o mundo e com a pluralidade do mundo –, que a autora expressa no seu pensamento significa que ser livre coincide com a capacidade de começar algo novo, porque a liberdade no espaço público é vivenciada na espontaneidade. Sobre esta questão, ela diz:

“O que normalmente permanece intacto nas épocas de petrificação e de ruína inevitável é a faculdade da própria liberdade, a pura capacidade de começar, que anima e inspira todas as atividades humanas e que constitui a fonte oculta de todas as coisas grandes e belas” (Arendt, 2005: 217-18).

Em outras palavras, o homem – como um ‘valor fonte’ (Lafer, 2003:15) – é livre para criar e recomeçar e se desenvolver plenamente, apenas onde a ação tiver criado seu próprio espaço concreto e feito a sua aparição. Mas, para Arendt, a capacidade de romper com o automatismo característico da vida cotidiana e dar início a novas coisas no mundo, só é possível porque a liberdade é um atributo da ação. E essa ação livre provoca o deslocamento da preocupação com as questões de ordem pessoal, que ocupam o espaço privado, e direciona essa preocupação para a construção de um mundo público, politicamente compartilhado na pluralidade.

### **Introdução à constituição da política em Arendt**

As categorias espaço público, ação, política, poder e liberdade em Hannah Arendt são inter-ligadas, por isso às vezes, se torna difícil conceituá-las separadamente. Tais categorias, concebidas de modo

articulado e global, expressam a compreensão da política arendtiana que requer a existência de um espaço da palavra e da ação, onde seja possível, através do exercício do diálogo plural e da liberdade compartilhada com os outros, construir uma realidade democrática. Conforme observa Lafer (1979:68), expressivo representante do pensamento arendtiano na atualidade, a política em Arendt se insere no campo do pensamento no plural. Noutros termos, a política em Arendt é construída no espaço público, compreendido como espaço essencial do aparecimento da pluralidade humana, onde se pode vivenciar a liberdade na companhia de outros homens (Arendt, 2005). Para Arendt a política e a liberdade só se articulam quando existe um mundo público constituído por relações entre iguais e norteados pelo diálogo plural e não, pela força.

Cabe aqui ressaltar que a política em Hannah Arendt – compreendida como ação, palavra e liberdade no espaço público – não é algo que está dado, porquanto depende da construção de um substancial diálogo plural e democrático entre os diferentes, buscando-se estabelecer, entre estes, uma igualdade de direitos. De acordo com o pensamento arendtiano, é na possibilidade deste mundo compartilhado, que não é propriedade privada de um indivíduo e/ou poder Estatal, que as diferenças podem ser articuladas. Por isso, a autora entende ser inverídico que todos os homens nascem livres e iguais em dignidades e direitos. Ao contrário, estes se tornam iguais como membros de uma comunidade política em virtude de uma condição conjunta que garante a todos direitos iguais. Assim, a igualdade para a autora não é um dado, mas um construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens em uma comunidade política representada pela pluralidade humana (Lafer, 2003).

Pensar a política em Hannah Arendt exige compreender a noção de espaço público construída pela autora. O espaço público definido por Arendt, é o locus privilegiado da aparência e tudo o que acontece nesse espaço, onde os problemas sociais irrompem através de palavras e comportamentos, é político por definição, mesmo quando é produzido por uma ação indireta. Neste espaço – onde todos podem, igualmente, ser vistos e ouvidos através do exercício das capacidades humanas da ação e do discurso –, os sujeitos assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentarem em existir meramente como coisas ou objetos inanimados (Arendt, 2002).

É no espaço público, espaço do aparecimento, que a pluralidade de sujeitos possíveis e existentes têm a possibilidade, por meio de palavras e ações, de revelar a originalidade de sua conduta, dando sentido a uma comunidade política criativa e criadora. A pluralidade humana, assim como aparece no pensamento arendtiano, é a condição de toda a política e tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença.

“(...) se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreenderem-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para fazer entender. Com simples sinais ou sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas” (Arendt, 2002:188).

Arendt mostra que quando os sujeitos articulam as diferenças através do diálogo, no espaço público, o objeto de preocupação deixa de ser o interesse particular de cada um, para dar lugar à preocupação com o mundo comum. Assim, o espaço público, segundo a filosofia política de Arendt, é essencialmente político ao traduzir-se na possibilidade dos cidadãos plurais poderem se articular, por palavras e ações e, assim, compartilharem o mundo. Neste sentido, Arendt nos faz compreender que a pluralidade humana é a condição da ação no espaço público. A pensadora elucida que espaço público é um espaço político, pois a vivência política nunca acontece no isolamento, mas, ao contrário, depende da coexistência da “paradoxal pluralidade de seres singulares” (Arendt, 2002). Tal compreensão do espaço público, construída por Arendt, está baseada na idéia da polis grega, aquela “forma de governo”, caracterizada por propiciar aos homens um espaço onde a liberdade podia aparecer (Arendt, 2005: 221). O espaço público, nessa leitura de Arendt, significa a ruptura com o mundo dos interesses privados, ou seja, com a esfera da privatividade, onde é impossível a participação democrática.

A ação e a política em Hannah Arendt, não podem prescindir da presença no espaço do aparecimento, em um agir comprometido com a ruptura com o passado – a história, a tradição. E, por isso, investido da esperança com um futuro renovado a ser construído com a natalidade, a criatividade e a inovação. Agir é começar de novo, ou seja, consiste em criar novas ações, garantir direitos e exercitar a cidadania arendtiana,

que é “o direito a ter direito” (Arendt, 2002). O “direito a ter direito” é, para a autora, o primeiro direito humano, pois depende fundamentalmente do reconhecimento dos sujeitos como agentes políticos. A ação, segundo a experiência e a obra da autora é realizada através de uma análise ética e crítica e um constante recomeçar, cuja maestria ela demonstra em sua obra.

A condição humana da ação é a pluralidade e apenas a ação, não o trabalho nem o labor<sup>9</sup>, é exercida sem a necessidade de mediação dos artefatos humanos (Arendt, 2002). A ação é viabilizada pelo diálogo, pois com a palavra cada sujeito diz o que pensa ser a verdade, sobre os problemas sociais, podendo discordar e estabelecer acordos. Assim, ação e o discurso no espaço público, giram em torno de um mundo que é comum a todos e, portanto, exige a construção de um diálogo na pluralidade, visando estabelecer um horizonte político compartilhado. Desse diálogo, que constitui uma ação refletida, crítica, propositiva e comprometida com os problemas sociais, emerge uma ação transformadora.

Segundo o pensamento arendtiano, a palavra é um veículo que também envia os homens ao poder, que é um elemento político, conforme a autora, quando se origina do agir conjunto dos cidadãos plurais, através do discurso no espaço público. O poder só se mantém na medida em que as pessoas permanecem reunidas no espaço público. Ele se desfaz quando os sujeitos se dispersam, mas permanece como potencialidade. Por isso, gerar poder nessa associação, dialogando sobre os direitos, as políticas sociais, os assuntos da cidade e outros problemas sociais torna-se uma ação indispensável para fortalecer os cidadãos, a exercitarem a sua cidadania. Mas esse poder deve ser exercitado com autoridade, respeito e limites nas relações sociais, ou seja, sem coerção nem constrangimento (Arendt, 2002).

O poder arendtiano surge como “ação em concerto”, ou seja, como participação democrática, numa comunidade juridicamente organizada e iluminada pelo alargamento do espaço público, à qual os sujeitos pas-

---

<sup>9</sup> Hannah Arendt distingue três atividades inerentes à condição humana: o trabalho, que é a fabricação de produtos para o consumo; o labor, que compreende a satisfação das necessidades corporais e todas as atividades ligadas à vida biológica e a ação que apresentamos aqui (Arendt, 2002).



sam a pertencer pelo vínculo da cidadania. Assim, como enfatiza Arendt em todo o seu pensamento, é na apreensão do “Nós do agir em conjunto”, que emerge o poder. O poder não mais tradicionalmente compreendido como dominação e controle, e sim apreendido como “um recurso gerado pela capacidade dos membros de uma comunidade política de concordarem com um curso comum de ação” (Lafer, 1977:11).

Além disso, agindo e se desvelando na sua singularidade, os sujeitos constroem teias de relações humanas e cada reação gera novos processos de ação, criando uma reação em cadeia, como uma nova ação, o que atinge e afeta os demais. Sendo a ação ilimitada, apenas um ato ou uma palavra pode “mudar todo um conjunto” (Arendt, 2002:203).

Segundo a compreensão arendtiana do espaço público, a liberdade é uma categoria central para o entendimento e afirmação deste. Contudo, para ela, a liberdade não deve ser entendida como a liberdade moderna e privada. Ela propõe a compreensão de uma liberdade coerente como a afirmação do espaço público. Neste sentido, ela sustenta que a liberdade é ação criativa que somente se realiza no “compartilhar-o-mundo-com-os-outros”, através da palavra viva e da ação vivida. Assim, a liberdade não se resume a uma questão privada, mas situa-se sempre na esfera pública da pluralidade humana e da participação democrática. Nesta linha de raciocínio, a pensadora rompe com a concepção da liberdade segundo a tradição filosófica, centrada na noção de liberdade interior. A liberdade para Arendt situa-se no âmbito da ação política, ganhando sentido a partir da convivência dos sujeitos plurais no espaço público, compartilhando o mundo. A liberdade, segundo este ponto de vista, diz respeito à revelação do agente político no espaço público (Arendt, 2002). Sobre esta questão, ela observa:

“(...) Apesar das grandes influências de uma liberdade interior e apolítica sobre a tradição do pensamento, parece seguro afirmar que o homem nada saberia da liberdade interior se não tivesse antes experimentado a condição de estar livre como uma realidade mundana e tangível. Tomamos inicialmente consciência da liberdade ou do seu contrário em nosso relacionamento com os outros, e não no relacionamento com nós mesmos” (Arendt, 2005: 149).

Desta forma, a liberdade, no pensamento arendtiano, depende da criação e manutenção de um espaço político, compreendendo que: “a

raison d'être da política é a liberdade e essa liberdade é vivida basicamente na ação" (Arendt, 2005: 197). Conforme observa Lafer (1977: 52), a liberdade concebida por Arendt surge "como fruto da criatividade original de cada ser humano".

Entretanto, e, novamente nas palavras de Arendt (2005: 195): "sem um âmbito público politicamente assegurado falta á liberdade o espaço concreto onde aparecer". Neste sentido, a liberdade como ação original no espaço público, exige o cultivo do que ela chama de "pensar no plural", ou seja, a construção de uma "mentalidade alargada", que implica no exercício político de deixar de "preocupar-se somente com os próprios pensamentos, para abrir-se à compreensão do pensamento dos outros, deixando-se afetar por suas demandas". Arendt sustenta que o exercício do "pensar no plural" exige comunicação das diferenças no espaço público. A esse respeito, a autora destaca: "(...) um estado que não existe comunicação entre os cidadãos e onde cada homem pensa apenas o seu próprio pensamento é, por definição, uma tirania" (Arendt, 2005: 212).

A política é uma preocupação da autora com o mundo, baseada na convivência entre sujeitos plurais e na sua organização política em torno de objetivos comuns, reivindicando a garantia de direitos. Para ela, a política surge no espaço exterior aos homens livres e se estabelece como relação (Arendt, 1999). Nesta direção, a política para esta autora, se realiza no diálogo com os outros e não, no diálogo consigo mesmo, e compreende o exercício da ação e o discurso no espaço público, uma forma de articular as diferenças em um horizonte comum.

Neste sentido, é a partir da ação dos sujeitos plurais livres e reunidos no mundo público, que se pode estabelecer as argumentações sobre e as deliberações sobre as questões políticas comuns a todos, criando, desta forma, um poder de associação política e de reivindicação.

### **Reflexões finais**

O estudo da teoria política arendtiana mostrou que as ações, desenvolvidas em conjunto no espaço público pelos cidadãos, possibilitam trazer a público as suas questões, o que significa exercitar o direito a ter direitos – ou a cidadania arendtiana. Essa publicidade, em palavras e

ações, implica no debate, na reflexão e na análise dos problemas da cidade, dos direitos e das políticas sociais. Mas, é necessário que seja incentivada, pois essa forma de exercitar a política permite aos sujeitos estabelecerem acordos, que podem levar à implementação de novas ações e, assim, mudar algumas instâncias da sociedade.

A realidade social apresenta demandas cotidianas que exigem soluções, muitas vezes, a curto prazo, através de ações efetivas dos diversos atores sociais. São demandas que desafiam toda a sociedade, na busca de respostas criativas, mas que nem sempre são possíveis, pelas carências que as políticas sociais apresentam. Neste sentido, os cidadãos necessitam criar poderes e se fortalecer, através do acesso ao espaço público e da ação política, nas idéias de Arendt (2002), para conquistarem dignidade, respeito e outros direitos. Com isso, desafiam o inegável individualismo da sociedade contemporânea que isola os sujeitos, dificultando essa livre associação.

O agir político arendtiano gera poder e mostra ser uma alternativa bastante viável para as ações desenvolvidas por uma diversidade de sujeitos no espaço público, do mundo comum a todos nós. Esse agir conjunto que gera teias de relacionamentos e essa forma de política podem ser viabilizados nos diversos espaços ocupados, em qualquer instância da sociedade e podem abranger todas as categorias de cidadãos que neles circulam.

As problemáticas – privadas e públicas – que são originadas na realidade social e na história de vida de cada sujeito, se entrecruzam e são vivenciadas de forma simultânea por cada cidadão. Ao serem confiadas aos demais cidadãos ou publicizadas, ou seja, compartilhadas no espaço público, ganham relevância no espaço de aparecimento, como diria Hannah Arendt. Também mostram a deficiência da garantia dos direitos, em outras palavras, expressam o exercício incompleto da cidadania.

Entretanto, através do diálogo democrático – com a palavra verdadeira –, na “diferença e na igualdade”, os sujeitos plurais se fortalecem e podem implementar novos processos de mudanças: pessoal e social. Por isso, a singularidade do saber que cada sujeito acumulou na sua história de vida deve ser considerada, ao se pensar em ações efetivas para enfrentar esses problemas sociais. Para tanto, acreditamos que apenas a ação compartilhada por sujeitos plurais, que nesse sentido é interdisciplinar, parece ser eficaz.

A ação política de Hannah Arendt mostra ser uma alternativa fecunda para compreender o mundo e para uma ação também crítica, criativa, ética, comprometida e propositiva dos diversos cidadãos, nos espaços onde as políticas sociais e os direitos são implementados. Nessa direção, a teoria política dessa autora desafia as sociedades hierárquicas que facilitam e, de certa forma, seduzem para a reprodução de atividades verticalizadas, mecânicas e burocráticas.

O presente artigo apresentou uma reflexão sobre algumas categorias importantes de Hannah Arendt, com o intuito de contribuir para um diálogo introdutório com o pensamento da autora, permanecendo aberto a questões que possa suscitar.

### Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O que é Política?* Editoria Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O que é Autoridade*. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Que é a liberdade?* In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CUBA, Conceição de Maria G. Braga. *Ninguém Vive Sem Amizade! A Importância da Amizade Política dos Idosos Colaboradores da UnATI/ UERJ. Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação da PUC/RJ. 2005.
- LAFER, Celso. *Hannah Arendt. Pensamento, Persuasão e Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Política e a Condição Humana*. In: ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.